



1846

Escola Normal de São Paulo

Atual:

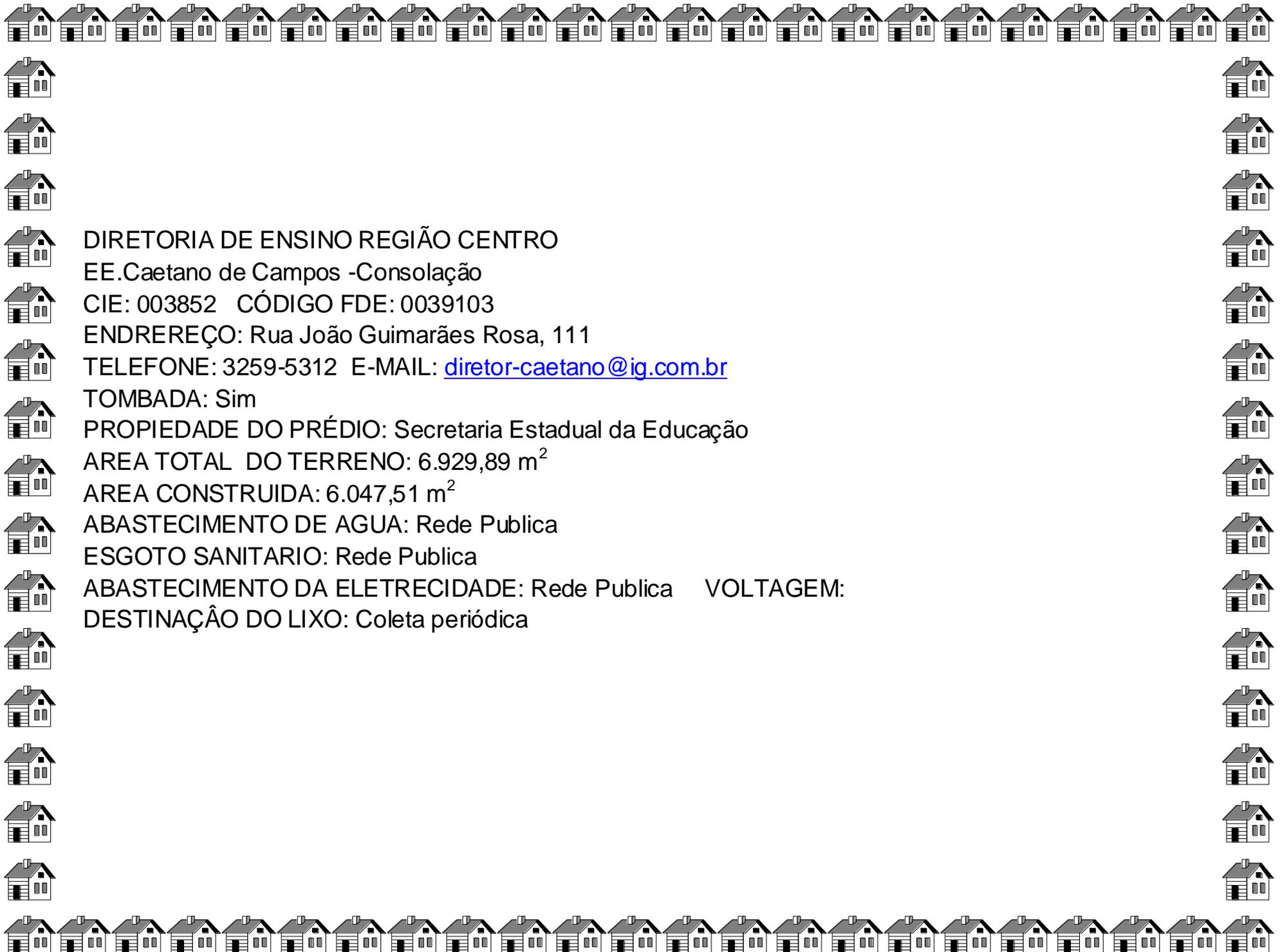
EE Caetanode Campos

São Paulo - SP



FACHADA





DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO CENTRO

EE.Caetano de Campos -Consolação

CIE: 003852 CÓDIGO FDE: 0039103

ENDREREÇO: Rua João Guimarães Rosa, 111

TELEFONE: 3259-5312 E-MAIL: [diretor-caetano@ig.com.br](mailto:diretor-caetano@ig.com.br)

TOMBADA: Sim

PROPIEDADE DO PRÉDIO: Secretaria Estadual da Educação

AREA TOTAL DO TERRENO: 6.929,89 m<sup>2</sup>

AREA CONSTRUIDA: 6.047,51 m<sup>2</sup>

ABASTECIMENTO DE AGUA: Rede Publica

ESGOTO SANITARIO: Rede Publica

ABASTECIMENTO DA ELETRECIDADE: Rede Publica VOLTAGEM:

DESTINAÇÃO DO LIXO: Coleta periódica



E E Caetano de Campos CEI:003852 FDE: 0039103



FACHADA





## DADOS HISTORICOS:

Ao longo de sua trajetória, essa escola, “cuja origem e desenvolvimento vinculase à difusão dos ideais liberais de secularização e expansão do ensino primário” (TANURI: 1994, p.41), mudou várias vezes de nome e de edifício, e sofreu alterações em seu currículo. É devido a essas inúmeras alterações que a turma de professores normalistas secundários formados em 1914, ao se reunir em 1939 para organizar as comemorações do seu jubileu de formatura, propôs a fundação de uma associação de ex-alunos com o nome de Associação dos Antigos Alunos da Escola Normal da Praça. Com a menção ao nome pelo qual a escola era mais conhecida, convocavase à associação todos os ex-alunos que passaram por ela, independentemente do período e do seu nome na respectiva época (Normal, Secundária, Complementar, Normal Primária, Instituto de Educação, Normal Modelo, Caetano de Campos, com cursos de 5, 4, 3 ou 2 anos). Segundo Noemi SilveiraRudolfer: “Ela é mais que os edifícios nos quais se desenvolveu e mais que os nomes daqueles que lhe guiaram o leme. (...) A Escola ‘Caetano de Campos’ de hoje, a Escola Normal da Capital de ontem ou o Instituto de Educação de hoje tem prestado serviços Edifício inaugurado em 1894 para abrigar a Escola Normal, na Praça da República (centro da capital), atualmente sede da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo.

Fonte: Arquitetura escolar e política educacional: os programas na atual administração do Estado, 1998 relevantes à coletividade e muitos mais ainda vai prestar” (1946, p. 20).

A trajetória da Escola Caetano de Campos pode ser dividida em três períodos, numa seqüência cronológica. O primeiro, que se inicia com a instalação da Escola Normal, em 1846, vai até a





inauguração do seu prédio próprio, na Praça da República, em 1894. O segundo período abarca sua trajetória desde a inauguração do prédio próprio até a tentativa de demolição do edifício, na década de 1970. O terceiro e último período é marcado pela reação contra a demolição de seu prédio, e sua descaracterização ao ser desmembrada em duas escolas, que passaram a funcionar em dois novos endereços.



1 – Da origem (1846) à instalação em prédio próprio (1894).



A fundação dessa escola está relacionada ao ato adicional de 12 de agosto de 1834, que conferiu às então criadas Assembléias Legislativas Provinciais, entre outras atribuições, a de legislar sobre a instrução pública, cabendo às Províncias o dever de criar estabelecimentos próprios para promovê-la.



Diante disso, para formar professores para essa “instrução pública”, as primeiras escolas normais brasileiras foram estabelecidas por iniciativa das Províncias, como é o caso do Rio de Janeiro, em 1835, de Minas Gerais, em 1840, e da Bahia, que teve sua primeira escola normal instalada em 1841.



A primeira Escola Normal de São Paulo foi criada pela lei nº 34, de 16 de março de 1846, a primeira lei de instrução primária da Província de São Paulo, que rezava: Art. 31º O governo estabelecerá na Capital da Província uma escola normal de instrução primária.





A Escola Normal da Capital, que funcionava em edifício contíguo à catedral do Largo da Sé, teve como



primeiro professor o Dr. Manuel José Chaves.



Ele também acumulou o cargo de diretor, até sua aposentadoria, quando a escola foi fechada, em 1867, sob a alegação de falta de verbas. Durante esse tempo, a escola foi subordinada à Superintendência da Inspeção Geral da Instrução Pública, e funcionou sem um regimento interno, com um número de matrículas que variava entre 11 e 21 alunos por ano.



Essa escola atendia exclusivamente a alunos do sexo masculino, os quais, se aprovados, poderiam prover cadeiras de instrução primária, independente de concurso.



Seu currículo era praticamente idêntico ao das escolas primárias elementares, centrado no conteúdo a ser ensinado. Segundo o





Anuário do Ensino do Estado de São Paulo, de 1907/1908, esse currículo contemplava a Gramática (geral e da língua nacional), Aritmética (até proporções), Geometria (noções gerais e aplicações usuais), Caligrafia, Lógica, Religião, além de rudimentar formação pedagógica, com estudos do que no Anuário é chamado de “métodos e processos de ensino, sua aplicação e vantagens comparativas”.



Observasse, nesse currículo, a ausência das disciplinas de História, Geografia e Noções de Ciências, que faziam parte do currículo das então chamadas escolas primárias superiores. O curso elementar, de





apenas dois anos, era destinado a alunos do sexo masculino, com idade superior a 16 anos, que apenas sabiam ler e escrever, e não tinha praticamente nenhuma expressão e influência. Todas as matérias eram ministradas por um único professor, que também acumulava o cargo de diretor, em uma hora de aula por dia.



Quanto à organização didática, há críticas ao curso, qualificado como essencialmente teórico.



A Escola Normal era mantida em condições materiais as mais deficientes possíveis, como pode ser observado em ofícios e relatórios elaborados pelo Dr. Manuel José Chaves, seu professor e diretor: “a escola abre às quatro horas da tarde. Possui parco mobiliário e utensílios de aula: um banco, uma pedra de geometria, uma mesa; inexistem dicionários, modelos de caligrafia e instrumentos para trabalhos de geometria prática.” (apud Monarcha: 1999, 44).



O desinteresse pela formação feminina fica evidenciado naquela lei de instrução primária, de 1846, que estabelecia um currículo para as escolas primárias femininas, que não incluía conteúdos que figuravam no currículo destinado aos alunos do sexo masculino:



Art. 1º As matérias que compõem a instrução primária são:  
leitura, escrita, aritmética até proporções, noções de geometria prática, gramática e religião



Art. 2º Nas escolas para o sexo feminino as mesmas matérias, excetuando a geometria e reduzida a aritmética às quatro operações sobre inteiros. Em substituição da geometria, prendas domésticas.



Para as moças, a lei nº 5, de 16 de fevereiro de 1847, criava uma Escola Normal, no Seminário das Educandas, conhecido na época por Seminário do Acu. Essa escola nunca chegou a funcionar, e foi





suprimida pela lei nº 31, de 7 de maio de 1856. Caso tivesse sido instalada, o currículo a ser seguido, diferentemente do estabelecido para o sexo masculino, seria composto de Gramática da língua nacional, Aritmética (teoria e prática das quatro operações), Língua Francesa, Música vocal e instrumental. Essa diferença na organização curricular evidencia a mentalidade da época em relação à mulher e à sua formação.



Quanto à reputação da escola, o relatório do presidente da Província, em 1855, ou seja, quase dez anos depois da sua instalação, era esclarecedor: " nenhuma utilidade tem prestado e de certo nada se podia esperar dela à vista dos vícios salientes com que foi estabelecida ". E ainda: "O que há ali é análise gramatical, algumas operações de aritmética, certas explicações de religião e principalmente a lógica e a leitura tão superficial que em nada se aproveita ". Em 1858, outro governador lamentava: "A Província não possui os prédios precisos, nem receita tão elevada que lhe seja dado mandá-los construir... Ora, pagar mal ao magistério de primeiras letras e sobre carrega-lo ainda, quer com o aluguel da sala para a escola, quer com a despesa de aquisição dos móveis e utensílios, sem os quais é impedida de funcionar, é fato sobremodo inadmissível " (MARCÍLIO, 2001).



O desprestígio do poder público, a escassa procura e as críticas contundentes levaram à sua extinção, em 1867, por uma simples emenda do orçamento para o exercício de 1867/1868, com a justificativa de falta de alunos. No Anuário de Educação de 1907/1908, consta que em oito anos a escola formou apenas 18 alunos.



Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo de São Francisco Curso Anexo.





Fonte: Poliantéia comemorativa: 18461946;primeiro centenário do ensino normal de São Paulo, s. d. Entretanto, em virtude da obrigatoriedade do ensino, consagrada na lei nº 9, de 22 de março de 1874, a Escola Normal é reaberta em 16 de fevereiro de 1875. A referida lei, que consubstanciou a reforma da instrução pública votada pela Assembléia Provincial, determinou a introdução, nas vilas e cidades, de uma escola normal primária com um curso de dois anos, além da obrigatoriedade do ensino primário para crianças de 7 a 14 anos do sexo masculino e de 7 a 11 anos do sexo feminino. Determinou também a criação do Conselho de Instrução Pública, que seria composto pelo inspetor literário do distrito, pelo presidente da Câmara Municipal, e por um terceiro membro nomeado pelo presidente da Província.



Essa segunda fundação da Escola Normal é atribuída ao inspetor geral de instrução pública, Francisco Aurélio de Souza Carvalho.



Entre outros interesses, havia a intenção de se organizar um instituto que pudesse garantir a formação profissional e moral de professores da instrução primária. Foi uma constante, na década de 1870, a idéia de uma escola normal como instituição normalizadora e produtora de regras de conduta do professor, seja quanto aos seus procedimentos didáticos, às suas aspirações políticas, seja quanto à sua atuação profissional e aos seus comportamentos públicos e privados. Postulouse, na época, a formação profissional através do ensino institucionalizado: leitura de livros, estudo metódico e exercícios práticos. A Escola Normal foi então concebida para ser um centro de formação profissional e de difusão do progresso intelectual, e um multiplicador de conhecimentos.



Na sua inauguração, discursaram o presidente da província, Dr. João Theodoro Xavier de Mattos, o conselheiro Martim Francisco de Matos e o professor da Escola Normal, Dr. Paulo do Valle.





A partir daí, a Escola normal passou a funcionar em uma sala anexa à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Ao contrário do que ocorria anteriormente, agora eram aceitos para o magistério candidatos de ambos os sexos. A seção masculina funcionava à tarde, nas salas do Curso Anexo da Academia, e a feminina, inaugurada em 1876, no Seminário da Glória.

Após sua segunda fundação, em 1875, os exames para provimento de cargos de professores passaram a ser realizados na Escola Normal de São Paulo. No exame, que consistia em uma prova escrita, o candidato deveria desenvolver uma tese de acordo com o ponto sorteado. A lista para esse sorteio era





elaborada pelos professores da Escola Normal, conforme a relação de matérias que integravam o curso daquela escola. Esse exame tornou-se um substituto do curso normal, e a aprovação garantia o título acadêmico para exercer a profissão e para o provimento de cadeiras. Os professores públicos em exercício que não possuísem o certificado de normalista poderiam ingressar naquela escola, recebendo seus salários durante dois anos. Os que eventualmente não demonstrassem aptidão para o magistérios seriam jubilados na forma da lei, com vencimentos correspondentes ao tempo de serviço. Os aprovados em todas as matérias teriam direito a salários mais elevados.



O curso que então era oferecido aos alunos do sexo masculino, maiores de 16 anos, que soubessem ler, escrever e contar, com comprovada moralidade, que não sofressem de moléstias contagiosas, nem fossem portadores de deficiências físicas, nos seus dois anos de duração, tinha as matérias assim distribuídas:

1ª cadeira: Língua Nacional e Língua Francesa; Aritmética e Sistema Métrico; Caligrafia; Doutrina Cristã e Metódica e Pedagogia com exercícios práticos em escolas primárias;

2ª cadeira: Noções de História Sagrada e Universal (incluindo Brasil); Geografia (sobretudo do Brasil) e Elementos de Cosmologia.

Objetivando maior definição e abrangência do instituto, o presidente da província, Dr. Sebastião Pereira, sancionou a lei nº 55, de 30 de março de 1876, alterando aspectos administrativos e didáticopedagógicos da Escola Normal. Foi alterada a idade mínima dos alunos, de 16 para 18 anos; os pré-requisitos foram ampliados, com a inclusão de conhecimento das quatro operações e de caligrafia; mais duas cadeiras foram criadas, totalizando quatro.





A legislação autorizava o presidente da Província a organizar uma seção de ensino destinada às moças, de forma que o mesmo professor pudesse lecionar, em períodos diferentes, às classes de um e de outro sexo. Desse modo, também foi instalada a seção feminina do curso, no período da manhã, funcionando no pavimento térreo do Seminário de Nossa Senhora da Glória, antigo Seminário das Educandas. De 1875 até seu fechamento, em 1878, foram matriculados 124 alunos na seção masculina, dos quais 27 receberam a carta de habilitação. Na feminina, do total de 90 alunas matriculadas, 17 receberam a carta de habilitação (MONARCHA, 1999).

O regulamento de 5 de janeiro de 1877 estabeleceu que o cargo de diretor da escola devia ser ocupado por um dos seus professores, e o mesmo a respeito do cargo de secretário. Também, conforme foi estabelecido nesse regulamento, foram anexadas à Escola Normal uma escola primária do sexo feminino e outra do sexo masculino da “freguesia da Sé”, cujos professores passaram a fazer parte do corpo docente da Escola Normal.

Pouco tempo depois de sua reabertura, a escola sofreu influência do revezamento dos partidos monárquicos no poder. Com a queda do partido conservador, sob o poder do qual fora criada, entrou para a presidência da Província o liberal João Batista Pereira, que, três meses depois, fechou temporariamente a Escola Normal, através do ato de 9 de maio de 1878.

Em virtude do fechamento da escola, em 30 de junho de 1878, tendo em vista o fato de a Assembléia Provincial não ter votado a verba para seu exercício de 1878/1879, os alunos da terceira turma, que deveriam se formar em 1878, não concluíram o curso.





Posteriormente, pela lei nº 880, de 6 de outubro de 1903, foram equiparados aos normalistas os alunos que haviam sido aprovados nas matérias do 1º ano e estavam matriculados no 2º ano quando a escola foi fechada. Essa lei era interessante apenas para os alunos que já haviam exercido o magistério primário em grupos escolares ou escolas isoladas públicas do Estado.

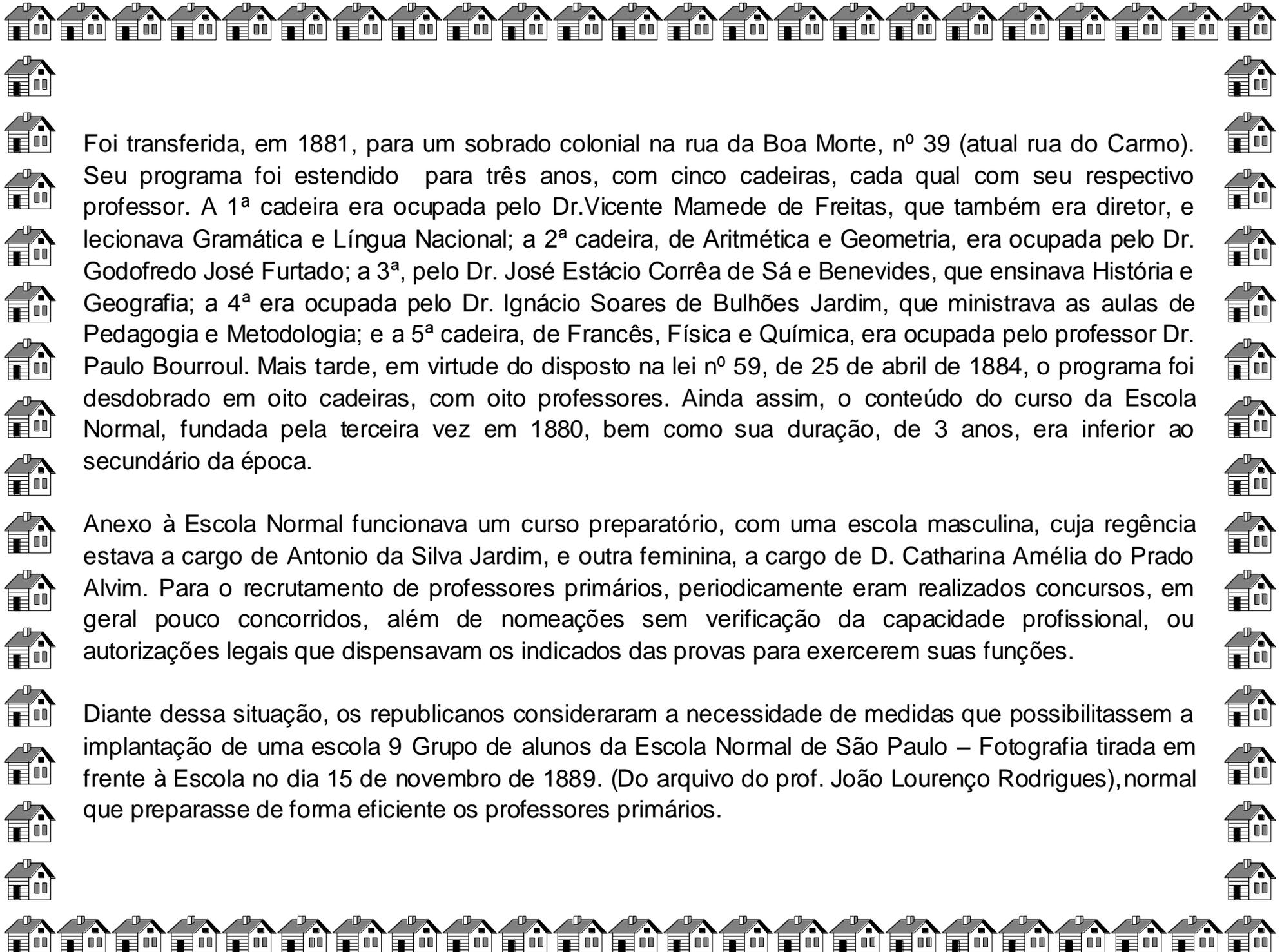




Posteriormente, a Escola Normal foi reaberta definitivamente, pela lei nº 130, de 25 de abril de 1880, e instalada em 2 de agosto do mesmo ano, por iniciativa de Laurindo Abelardo de Brito, presidente da Província, que fora diplomado pela Escola Normal quando de sua primeira instalação, em 1846. Segundo o Anuário do Ensino, de 1907/1908, “à medida que se elevava na administração pública, afagava com crescente desvelo a causa do ensino público primário. Foi por sua iniciativa que se restabeleceu o funcionamento da Escola Normal em sua 3ª fase”.

A escola passou a funcionar, com aulas mistas, no pavimento térreo do prédio, onde mais tarde funcionou a Câmara Municipal, em edifício hoje já demolido.





Foi transferida, em 1881, para um sobrado colonial na rua da Boa Morte, nº 39 (atual rua do Carmo). Seu programa foi estendido para três anos, com cinco cadeiras, cada qual com seu respectivo professor. A 1ª cadeira era ocupada pelo Dr. Vicente Mamede de Freitas, que também era diretor, e lecionava Gramática e Língua Nacional; a 2ª cadeira, de Aritmética e Geometria, era ocupada pelo Dr. Godofredo José Furtado; a 3ª, pelo Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, que ensinava História e Geografia; a 4ª era ocupada pelo Dr. Ignácio Soares de Bulhões Jardim, que ministrava as aulas de Pedagogia e Metodologia; e a 5ª cadeira, de Francês, Física e Química, era ocupada pelo professor Dr. Paulo Bourroul. Mais tarde, em virtude do disposto na lei nº 59, de 25 de abril de 1884, o programa foi desdobrado em oito cadeiras, com oito professores. Ainda assim, o conteúdo do curso da Escola Normal, fundada pela terceira vez em 1880, bem como sua duração, de 3 anos, era inferior ao secundário da época.



Anexo à Escola Normal funcionava um curso preparatório, com uma escola masculina, cuja regência estava a cargo de Antonio da Silva Jardim, e outra feminina, a cargo de D. Catharina Amélia do Prado Alvim. Para o recrutamento de professores primários, periodicamente eram realizados concursos, em geral pouco concorridos, além de nomeações sem verificação da capacidade profissional, ou autorizações legais que dispensavam os indicados das provas para exercerem suas funções.



Diante dessa situação, os republicanos consideraram a necessidade de medidas que possibilitassem a implantação de uma escola Grupo de alunos da Escola Normal de São Paulo – Fotografia tirada em frente à Escola no dia 15 de novembro de 1889. (Do arquivo do prof. João Lourenço Rodrigues), normal que preparasse de forma eficiente os professores primários.





Indicaram Francisco Rangel Pestana, político, jornalista, educador, propagandista da República e fundador do jornal “O Estado de São Paulo”, que elaborara a proposta educativa do Partido Republicano, para organizar também o projeto da Escola Normal.





Poucos meses após a proclamação da República, o projeto elaborado por Rangel Pestana foi consubstanciado no decreto nº 27, de 12 de março de 1890, que reformou a Escola Normal, sob a direção do Dr. Antonio Caetano de Campos, e criou as escolas-modelo.



Essas eram classes primárias anexas à Escola Normal, cujo objetivo era melhorar a formação de professores, permitindo o estágio de normalistas, e desenvolvendo, assim, um padrão de ensino para nortear as escolas oficiais. A Escola Normal teve ampliada sua parte propedêutica, com a inclusão de novas matérias. O médico Antonio Caetano de Campos foi indicado por Rangel Pestana, seu ex-colega no Colégio Pestana, para o cargo de diretor da Escola Normal. Caetano de Campos era uma personalidade renomada, que se dedicava à medicina em hospitais e em sua clínica particular, exercia o magistério e foi autor de vários livros. Ao assumir a direção da escola e traçar os planos da reforma de ensino, Caetano de Campos preocupouse com a construção de um edifício para a escola normal e escolas anexas.



Permaneceu na administração da Escola Normal, e executou sua reforma, estabelecida no decreto nº 27, de janeiro de 1890 a setembro de 1891, até sua morte precoce.



A organização da Escola Normal, prevista na lei nº 27, de 12 de março de 1890, significou um grande passo no aperfeiçoamento do ensino normal e se distinguiu pela integralização desse curso, que teve sua duração ampliada para três anos, com cinco cadeiras, cada qual com seu professor.





A reforma de 1890, graças à orientação e influência de Caetano de Campos, converteu as escolas preliminares anexas em escolas-modelo.

Essas foram concebidas nos moldes de um ensino primário de longa duração, integral, graduado, e conforme as idéias de Pestalozzi acerca dos processos intuitivos de ensino. A escola preliminar anexa à





escola Normal, que funcionou primitivamente em compartimentos contíguos à Igreja do Carmo, convertesse em escola-modelo.



As demais escolas anexas à Escola Normal foram convertidas em escolas-modelo, sob a execução inicial e orientação do Dr. Caetano de Campos. Posteriormente, essa reforma foi estendida a todo o ensino público do Estado, pela lei nº 88, de 8 de setembro de 1892, que, em relação ao método de ensino, estabeleceu:



Artigo 6º. Parágrafo 1º No regulamento que for expedido para execução desta lei, serão minuciosamente especificadas em programas as matérias que constituem o ensino e sua distribuição conforme o desenvolvimento intelectual dos alunos, OBSERVANDO-SE COM RIGOR OS PRINCÍPIOS DO MÉTODO INTUITIVO.



Embora as escolas-modelo tivessem sido divididas em três graus de ensino, as de 2º e 3º graus não chegaram a ser instaladas. A lei nº 27 foi depois alterada pela lei nº 169, de 7 de agosto de 1893, que dispunha, no art. 15, a duração de quatro anos para o curso normal, a partir do ano seguinte. O programa aprovado por essa lei foi sucessivamente alterado pelos decretos nº 374, de 3 de setembro de 1893, nº 379, de 9 de outubro de 1896, nº 1.015, de 19 de março de 1902, e nº 907, de 4 de julho de 1904.



A Escola Modelo anexa à Escola Normal da Capital constituísse em uma referência pedagógica para todo o Estado. Nela foram incorporadas muitas das inovações, que passariam a vigorar nas escolas públicas primárias, em especial nos grupos escolares, que, em geral, tinham uma organização heterogênea, diferentes programas e níveis de formação de professores. A importância dessa escola





para o contexto geral da educação paulista fica evidente em fatos como o estabelecido no regimento interno, de 1894, que obrigava os professores a freqüentarem-na para aplicarem em suas escolas o aprendido ali.



Na época, para o currículo das escolas, eram sugeridas as “lições”de coisas”, premissas metodológicas desenvolvidas por Norman A.Calkins, baseadas no método intuitivo, estabelecido em seu livro “Primeiras Lições de Coisas”, traduzidas por Rui Barbosa em 1886.



Foram contratadas professoras diretoras de formação norte-americana para orientarem os alunos nas suas práticas de magistério. Para as escolas-modelo femininas foi contratada a brasileira Maria Guilhermina Loureiro, que fizera seus estudos nos Estados Unidos, e a americana Márcia P. Browne. No Anuário do Ensino de 1907/1908, consta que, no início, em virtude da dificuldade com a nossa língua, Miss Browne, que iniciou suas funções em 7 de julho de 1890, ficou encarregada da “parte propriamente técnica e prática”, enquanto a professora Maria Guilhermina se encarregou da parte administrativa dessa escola.



Em março de 1892, Miss Browne pôde assumir também a parte administrativa. Posteriormente, o nome de Miss Márcia Browne foi atribuído a uma escola estadual de ensino fundamental, localizada no bairro da Pompéia, no município de São Paulo.



A Lei nº 8, de 8 de setembro de 1892 aumentou as cadeiras do curso normal de 10 para 17, incluindo a de Psicologia que foi agregada à de Pedagogia. Pela reforma promulgada em 1892, que estabeleceu as diretrizes gerais para a instrução pública no Estado de São Paulo, o ensino primário passou a





compreender dois cursos, ambos com quatro anos de duração: o preliminar, obrigatório para crianças de 7 a 12 anos, e o complementar, para alunos habilitados no curso preliminar.



A importância atribuída pelos republicanos à educação, e o ufanismo em relação às mudanças a serem implementadas nas escolas, podem ser exemplificados no fragmento do relatório escrito por Alfredo Pujol, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Instrução Pública, para o Presidente do Estado:



O Estado de S. Paulo, graças à República Federativa, pode associarse com afeição ao 'movimento luminoso' do século, que, nos seus derradeiros dias, verá incorporado às conquistas do seu patrimônio o triunfo completo das nossas instituições de ensino, lançadas na recentíssima data de 1893. O movimento do ensino público em S. Paulo promete para breve tempo uma realidade fulgurante: obra solidária da propaganda republicana com a verdade administrativa, ele deu em três anos os frutos mais belos.



No ano de 1895 acentuou-se o novo regime escolar, aumentaram-se as fontes de ensinamento e melhoraram-se as regras que haviam sido lançadas como ensaio, no meio dissolvente e negativo em que a República encontrara sepultada a população infantil.” (1896: Segunda parte, p. 35).



No período entre 1880, início da sua 3ª fase, até 1893, foram diretores da Escola Normal os senhores Dr. Paulo Bourroul, Dr. José Estácio Corrêa de Sá e Benevides, Cônego Manoel Vicente da Silva, e Dr. Antonio Caetano de Campos, seu futuro patrono. De 1893 a 1898, o diretor da Escola Normal da Praça foi Gabriel Prestes, que para assumir essa direção renunciou ao mandato parlamentar de deputado.





Para ampliar os recursos didáticos da Escola Normal de São Paulo e imprimir “feição prática” ao seu ensino, o diretor Paulo Bourroul trouxe da Europa um laboratório experimental de Química e Física, cartas geográficas e cosmográficas, e aproximadamente 120 livros para o acervo inicial da biblioteca (MONARCHA, 1999).



Os embates ideológicos no período de declínio da Monarquia e de disseminação dos ideais republicanos positivistas afetou também a Escola Normal: embora o ritmo crescente das matrículas, o rol das matérias e programas de ensino estabelecidos, a presença de laboratório de química e física, de biblioteca, e de escolas destinadas à prática do ensino pudessem indicar aparente estabilidade, há documentos que apontam tensões ideológicas entre professores, diretores do instituto e presidentes da Província, às vezes chegando à violência física, particularmente no período de 1884 a 1888.



Em sua obra “Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes”, Carlos Monarcha aponta alguns desses conflitos, afirmando que “no decênio de 1880, no interior da Escola Normal de São Paulo, ocorre a irrupção dramática de ideologias conflitantes: defrontam-se os defensores da declinante Religião do Estado e os defensores da moda ascendente da Religião da Humanidade” (1999: 122).



2 – Da instalação, na Praça da República, até a década de 1970.



Ao ser instalada, em 1894, no edifício construído especialmente para ela, na Praça da República, embora passasse por muitas transformações, essa escola não mais teve sua existência interrompida. Durante sua existência, transformou-se na famosa "Escola Normal da Praça da





República", no "Instituto de Educação Gaetano de Campos", na EEPSP Gaetano de Campos e na atual EE "Caetano de Campos".



A construção de um edifício para a Escola Normal reflete, de forma explícita, os valores laicos da Primeira República, tendo em vista ter sido o antigo plano imperial de construção da catedral da cidade no Largo Sete de Abril substituído, no início do governo republicano, pelo projeto do edifício para a Escola Normal, em conjunto com os jardins da Praça da República. Em 1890, por influência de Francisco Rangel Pestana, o governo da Província autorizou a transferência de duzentos mil cruzeiros, que eram destinados à construção de uma Sé, para a construção do edifício da Escola Normal, no terreno do antigo Largo dos Curros, depois Largo da Palha, e atual Praça da República.



O projeto do edifício da Praça da República, a primeira edificação escolar do período republicano, foi criado em 17 de outubro de 1890, conforme decreto do dia 13 do mesmo mês, assinado pelo presidente da Província, Dr. Prudente de Moraes. Seu esboço inicial, feito pelo engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, diretor da Superintendência de Obras Públicas, foi desenvolvido e detalhado pelo arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, e a pedra fundamental da sua construção foi lançada em 1892.



Com a inauguração do novo edifício da Escola Normal, em agosto de 1894, foram abertas matrículas para a instalação da Escola-Modelo anexa, atraindo diversos alunos da escola da rua do Carmo.



Cabe destacar que, embora alguns de seus professores tenham sido transferidos para a Escola Normal da Praça, a Escola do Carmo continuou a funcionar sob a direção do professor Oscar Thompson, com a denominação de Segunda Escola Modelo. Essa escola, que fora destinada à demonstração de





procedimentos didáticos, de observação e prática de ensino para os alunos do 3º ano do curso normal, configurou-se como um ponto de irradiação de técnicas fundamentadas no método intuitivo de ensino (MONARCHA, 1999: 179). Posteriormente, continuando a funcionar com um curso integral distribuído em quatro anos, a escola passou a se chamar Grupo Escolar do Carmo.



O uso da instrução popular pelos republicanos como instrumento de manipulação ideológica, sobretudo para ocultar as contradições existentes entre o discurso liberal e a manutenção da ordem desigual, tem sido assinalado por vários estudiosos. No entanto, como afirma Tanuri (1994), deve ser reconhecida a ação dos primeiros reformadores na organização e expansão da escola pública primária e normal, além da valorização do magistério em relação à melhoria de salário e de condições de trabalho. Graças ao seu empenho no estabelecimento tanto da Escola Normal como das escolas anexas a ela, bem como do Jardim da Infância, São Paulo tornou-se o mais importante centro de renovação escolar do Brasil. Essa mesma autora destaca o fato de muitos republicanos e novos dirigentes paulistas conhecerem de perto o problema educacional em virtude de muitos deles terem exercido o magistério. Entre esses, cita os nomes de Rangel Pestana (que governou o Estado nos primeiros dias da República, juntamente com Prudente de Moraes e Joaquim de Souza Mursa), Américo Brasiliense (governador do Estado em 1891), Gabriel Prestes (deputado estadual, diplomado pela Escola Normal em 1888 e seu diretor de 1893 a 1898), Arthur Breves (deputado estadual, formado pela Escola Normal em 1884), e os professores Artur Gomes, Américo de Campos, Antonio Carlos Ribeiro de Andrade e Vicente de Carvalho.



Nos anos seguintes à inauguração do edifício construído para a Escola Normal, cuja obra arquitetônica tornou-se símbolo da transformação política recém-ocorrida, essa escola tornou-se centro de referência





e pólo difusor de teorias científicas e pedagógicas, além de palco de experiências educacionais que marcaram a história da educação brasileira.

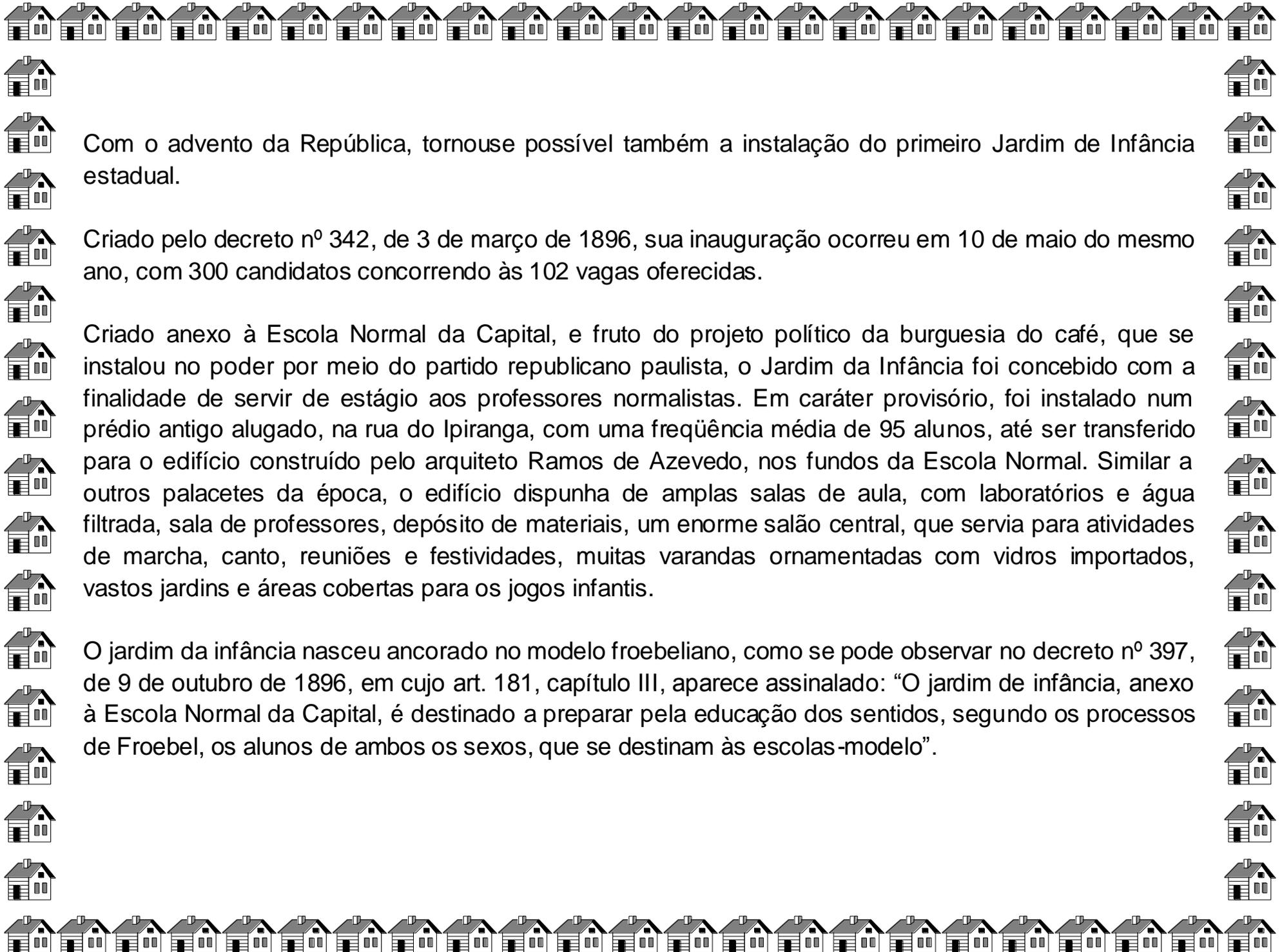


A Escola Normal da Capital passou a acolher o Curso Normal para a formação de professores (alunos a partir de 16 anos) e a Escola-Modelo Preliminar “Antonio Caetano de Campos” (7 a 11 anos).



Posteriormente, conforme a lei nº 374, de 3 de setembro de 1895, foi instalada a primeira Escola-Modelo Complementar da Capital, para alunos de 11 a 14 anos, destinada a formar professores primários em tenra idade, chamados de complementaristas.





Com o advento da República, tornou-se possível também a instalação do primeiro Jardim de Infância estadual.

Criado pelo decreto nº 342, de 3 de março de 1896, sua inauguração ocorreu em 10 de maio do mesmo ano, com 300 candidatos concorrendo às 102 vagas oferecidas.

Criado anexo à Escola Normal da Capital, e fruto do projeto político da burguesia do café, que se instalou no poder por meio do partido republicano paulista, o Jardim da Infância foi concebido com a finalidade de servir de estágio aos professores normalistas. Em caráter provisório, foi instalado num prédio antigo alugado, na rua do Ipiranga, com uma frequência média de 95 alunos, até ser transferido para o edifício construído pelo arquiteto Ramos de Azevedo, nos fundos da Escola Normal. Similar a outros palacetes da época, o edifício dispunha de amplas salas de aula, com laboratórios e água filtrada, sala de professores, depósito de materiais, um enorme salão central, que servia para atividades de marcha, canto, reuniões e festividades, muitas varandas ornamentadas com vidros importados, vastos jardins e áreas cobertas para os jogos infantis.

O jardim da infância nasceu ancorado no modelo froebeliano, como se pode observar no decreto nº 397, de 9 de outubro de 1896, em cujo art. 181, capítulo III, aparece assinalado: “O jardim de infância, anexo à Escola Normal da Capital, é destinado a preparar pela educação dos sentidos, segundo os processos de Froebel, os alunos de ambos os sexos, que se destinam às escolas-modelo”.



No ano de inauguração, Gabriel Prestes editou a Revista do Jardim da Infância, com artigos voltados para a prática docente, que acabou se constituindo num instrumento para aperfeiçoar aquela instituição e facilitar a criação de outras, públicas ou privadas.



As palavras de Alfredo Pujol, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Instrução Pública, no seu Relatório de 1896 para o governador do Estado de São Paulo, enfatizam a importância da implantação do Jardim da Infância anexo à Escola Normal e a sua fundamentação teórico-metodológica:



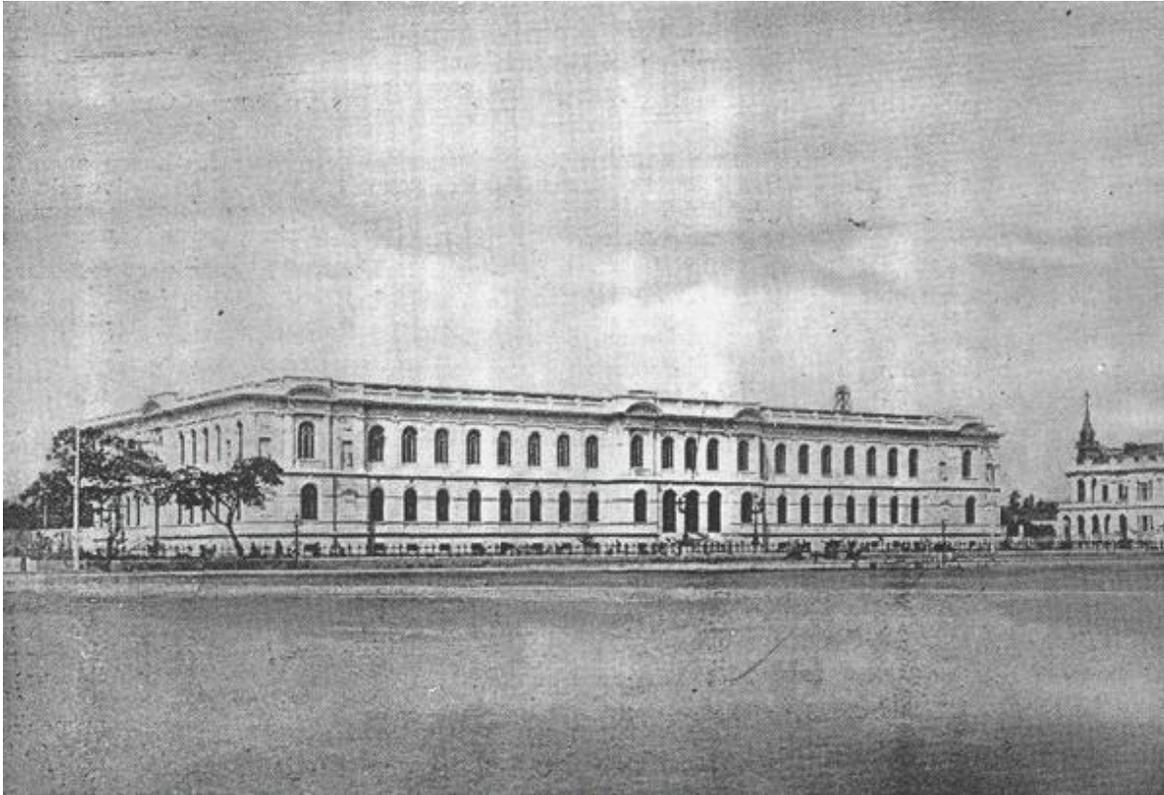


“O Kinder Garden, a que está ligado o nome imortal de Froebel, é o fundamento profundamente racional de todo o ensino intuitivo. A instrução, diz um professor, é como a semente lançada á terra.



Escolher a semente, moldar o viveiro, regar o alfofre, amparar a planta, é a função do jardineiro e do mestre. Antes, porém, de semear, há um trabalho prévio e indispensável: preparar o solo. Na cultura da inteligência, este primeiro trabalho consiste em habituar o aluno a refletir, em o ensinar a pensar. E' a função da admirável instituição que o gênio de Froebel criou e que a experiência dos modernos pedagogistas desenvolveu e consolidou. Deliberando o Governo, de acordo com o diretor da Escola Normal, a criação de um Kinder Garden, filiado á Escola Modelo Caetano de Campos, não fez mais do que completar pela base o nosso sistema de ensino” (São Paulo, 1896, p. 5455).





Na construção do edifício da Escola Normal, as técnicas e materiais utilizados foram os mais modernos da época, seguindo à risca as prescrições da engenharia sanitária para um estabelecimento escolar. O estilo arquitetônico empregado foi o mais em voga na época: o neoclássico.

“Tudo no conjunto arquitetônico deveria exaltar as qualidades da”.



República, além de atender à necessidade de reestruturação do sistema escolar e ampliação da instrução pública” (ARRUDA, 2001, p. 61).



A escola foi inicialmente constituída por ala única, e por pavilhões independentes, construídos pouco depois na parte posterior do edifício principal, que sofreu várias intervenções em décadas posteriores, seguindo a mesma linguagem arquitetônica do projeto inicial. O prédio passou por duas marcantes ampliações, de data incerta, mas compreendidas entre 1897 e 1909: a criação de duas alas perpendiculares à construção principal, e o posterior prolongamento destas em dois corpos salientes que foram ampliados em 1948 para abrigar mais doze salas de aula.



Medindo 86 metros de frente por 37 metros de profundidade, o edifício foi construído inicialmente com dois pavimentos mais um porão habitável. O térreo comportava as oficinas escolares, e o primeiro andar abrigava os cursos teóricos, além da administração.



Nesses três pavilhões estavam as salas de aula e os compartimentos de apoio. O edifício era dividido em dois setores iguais, um para cada sexo, com acesso independente, tendo cada um deles salas de ensino superior (Escola Normal) e de ensino elementar (Escola Modelo) (DIÊGOLI e MAGALDI, 1994). A escola contava com mais de 40 salas, utilizadas pelos cursos Normal, Complementar, Escolas Modelo anexas, além da administração, museus e gabinetes, sem contar o vestíbulo e os corredores.



Quanto à clientela atendida, Kuhlmann Jr. (1994) observa que a cúpula do Partido Republicano Paulista (PRP) foi um dos setores presentes nas primeiras turmas. Lá estudaram dois filhos de Bernardino de Campos, dois de Júlio de Mesquita, um de Francisco de Assis Peixoto Gomide, além de vários





representantes da elite paulistana, tais como Ignácio Pereira da Rocha, Barão de Bocaina, Emílio Ribas, José Cardoso de Almeida.



Essa escola, que foi um dos símbolos da República e orgulho dos republicanos, em especial da elite paulistana, teve sua existência ameaçada no final da década de 1930, com as modificações no traçado urbano da cidade de São Paulo, realizadas pela Prefeitura.



A ampliação da Rua São Luís provocou a demolição do belo pavilhão do Jardim da Infância, em 1939, a que se seguiria a demolição do pavilhão do Ginásio, para dar lugar a uma terceira ala, erguida entre as duas outras já existentes.



Em 1907/1908, sob a direção do Dr. Oscar Thompson, a Escola Normal compreendia dois cursos: o secundário, com a duração de 4 anos, para os candidatos ao magistério, de ambos os sexos; e o constituído pelas escolas-modelos anexas.



Estas compreendiam três partes:



a) o Jardim da Infância: destinado a preparar, segundo os processos de Froebel, alunos de ambos os sexos;



b)



b) a Escola Preliminar Modelo “Caetano de Campos”: destinada a educar, em classes separadas, crianças de ambos os sexos, além de servir como prática de ensino para os alunos dos 3o e 4o anos dos cursos secundário e complementar da Escola Normal. O programa da Escola Preliminar Modelo era





o mesmo adotado nos grupos escolares do Estado, e se constituía das seguintes disciplinas: Leitura, Linguagem Oral e Escrita, Caligrafia, Aritmética, Geografia Geral e do Brasil, História do Brasil, Ciências Físicas e Naturais, Higiene, Instrução Moral e Cívica, Ginástica e Exercícios Militares, Música, Desenho, Geometria, e Trabalhos Manuais.



c) a Escola Complementar Modelo: destinada a ampliar e complementar o ensino primário, de modo a facilitar a formação de professores preliminares (arts. 138, 172 e 181 do Regulamento de 9 de outubro de 1896).



As escolas complementares tinham duração de quatro anos, com quatro professores – um para cada ano e se destinavam aos alunos habilitados no curso preliminar. Correspondiam tanto a uma tentativa de integração do ensino primário às escolas secundárias quanto a uma instrução intermediária entre o curso elementar e a escola secundária. Os alunos que concluíssem o curso e fizessem um ano de prática de ensino em grupos escolares podiam lecionar em escolas públicas preliminares. A lei nº 1.051, de 28 de dezembro de 1906 garantiu ao aluno diplomado nessas escolas o direito de se matricular no 3º ano da Escola Normal.



Além do Jardim da Infância, da Escola Preliminar Modelo “Caetano de Campos” e da Escola Complementar Modelo, havia sido instalada oficialmente, em 21 de janeiro de 1908, conforme decreto nº 1.577, a Escola Modelo Isolada, subordinada à Escola Normal da Capital, para servir de padrão às demais escolas isoladas do Estado. Funcionou em duas classes, uma masculina e uma feminina, em dois prédios contíguos, situados no Largo do Arouche, nos 58 e 60, doados ao Estado pelo Dr. Rego Freitas.





O currículo dessa Escola Modelo Isolada era composto de Leitura, Linguagem, Números, Caligrafia, Geografia, História Pátria, Animais, Plantas, Lições Gerais, Desenho, Música, Trabalhos Manuais e Ginástica.

O decreto nº 1.578, de 21 de fevereiro de 1908, criou um Curso Suplementar na Escola Normal.

Durante a gestão de Oscar Thompson na direção do aparelho escolar paulista, no período de 1901 a 1911, várias reformas na instrução pública foram implementadas. A partir dessa gestão, o método analítico passou a ser considerado, para o ensino de todas as matérias, como princípio de organização dos programas escolares e como base do ensino racional. A Escola Normal de São Paulo, que estava sobrecarregada de alunos e funcionava em três turnos, passou a se chamar Escola Normal Secundária de São Paulo, tendo anexa uma escola primária para possibilitar a prática de ensino dos seus alunos, uma vez que as escolas complementares foram convertidas em normais primárias Decreto nº 2025, de 29.03.1911 (MONARCHA, 1999).

A partir da publicação, em 1909, da cartilha Meu livro, de Theodoro de Moraes, professor da Escola-Modelo “Caetano de Campos”, segundo o método analítico, baseada em plano elaborado por Oscar Thompson, deflagrou um intenso movimento de produção de cartilhas baseadas nos métodos analíticos da sentençação ou palavração. Thompson, como diretor geral da Instrução Pública, retomou o método analítico e intuitivo para o ensino da leitura, antes circunscrito à Escola-Modelo “Caetano de Campos”, desde a década de 1890, tornando-o oficial (MONARCHA, 1999).



As escolas instituídas em 1890 como escolas de 2º grau, com finalidade cultural ou propedêutica, foram transformadas pela lei 88, de 1892, em escolas complementares. Mais tarde, pelo decreto 2.025, de 29 de março de 1911, essas escolas foram transformadas em normais primárias. Quatro das cinco escolas complementares do Estado, incluindo a anexa à Escola Normal da Praça, foram transformadas em normais primárias, com curso de quatro anos. Ao professor de Pedagogia competia a orientação para que seus alunos realizassem semanalmente exercícios práticos de ensino. Em 1912, a cadeira de Pedagogia passou a compreender três disciplinas: Psicologia, Pedagogia e Metodologia.



A Escola Normal de São Paulo passou a se denominar Escola Normal Secundária de São Paulo, a partir de 1911, também com curso de 4 anos, como ocorria em todas as escolas normais, sendo que nos 3º e 4º anos havia “exercícios de ensino” nas classes da escola modelo anexa a cada escola normal.

De acordo com a lei 1.750, de 8 de dezembro de 1920, que reformou a Instrução Pública do Estado, inspirada pelo seu Diretor Geral, Dr. Antonio Sampaio Dória, as escolas Normal, Normal Primária e Secundária da Praça da República foram fundidas em uma só, com o nome de Escola Normal de São Paulo. Esse decreto ampliou o curso complementar para 3 anos.

A crise de candidatos ao magistério estadual, que dificultava o preenchimento das 1500 vagas nas escolas, levou o governo do estado, conforme a Lei nº 2269, de 31.12.1927, a diminuir o curso normal em um ano e a equiparar as escolas normais municipais e particulares às estaduais, com o intuito de preparar mais rapidamente uma maior quantidade de professores. Nessas escolas eram mantidos pelo estado um inspetor fiscal e um professor de Pedagogia e Didática. Enquanto isso, para suprir as vagas





existentes, foram admitidos mestres escola leigos, que eram submetidos a exames de suficiência, dentro do programa do primário. Esses professores recebiam salários menores que os formados em cursos normais e tinham menos direitos.



Na década de 30, Lourenço Filho, o primeiro Diretor de Ensino, desequiparou as escolas normais particulares e municipais às estaduais e estabeleceu novas e rigorosas condições para essa equiparação. Elevou novamente o curso normal para 4 anos e o complementar para 3.

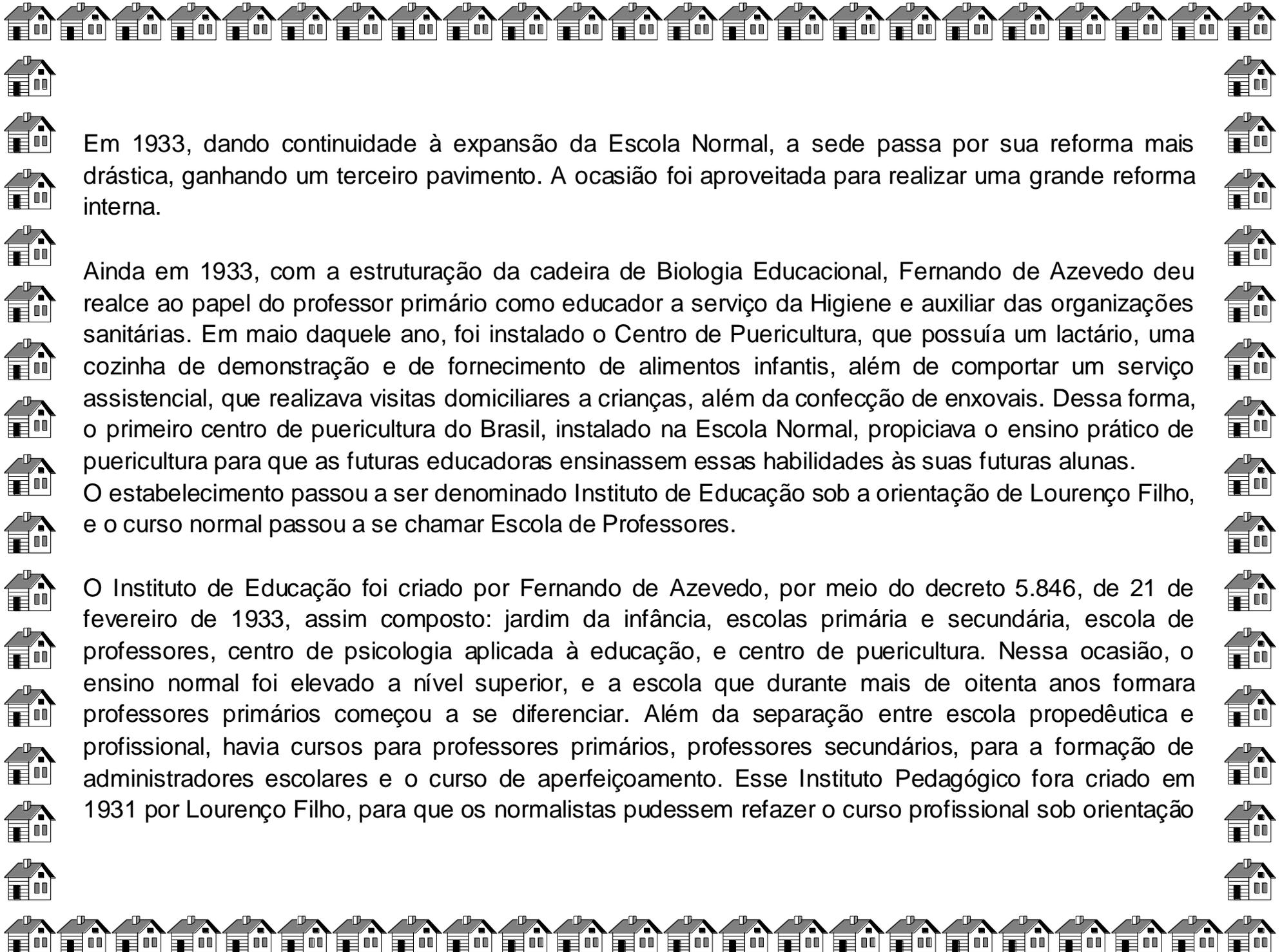


O curso normal foi reorganizado pelo decreto nº 4.888, de 12 de fevereiro de 1931, que não separou completamente o curso propedêutico do técnico profissional, acentuado e expandido com a introdução de novas matérias. Os grupos modelo anexos às escolas normais foram convertidos em Escolas de Aplicação, concebidas como “centros de pesquisas pedagógicas”. A Escola Normal da Praça foi transformada no Instituto Pedagógico de São Paulo, e assumiu a dinâmica do ensino superior. O Instituto Pedagógico era constituído pelo Jardim da Infância, pela Escola de Aplicação (antes Escola-Modelo “Caetano de Campos”), pelo Curso Complementar, pelo Curso Normal e por um Curso de Aperfeiçoamento Pedagógico.



Em 1933, Fernando de Azevedo e numerosos auxiliares estruturaram uma grande reforma de ensino, consubstanciada no decreto 5.884, de 21 de abril de 1933 (Código de Educação), que incluía a reorganização do ensino normal, prevista no decreto nº 5.846, de 21 de fevereiro daquele ano. Os cursos complementares de 3 anos e os normais de 4 anos se transformaram em dois outros: nos cursos fundamentais secundários de 5 anos, idênticos ao do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, e nos de formação profissional de professor, de 2 anos.





Em 1933, dando continuidade à expansão da Escola Normal, a sede passa por sua reforma mais drástica, ganhando um terceiro pavimento. A ocasião foi aproveitada para realizar uma grande reforma interna.

Ainda em 1933, com a estruturação da cadeira de Biologia Educacional, Fernando de Azevedo deu realce ao papel do professor primário como educador a serviço da Higiene e auxiliar das organizações sanitárias. Em maio daquele ano, foi instalado o Centro de Puericultura, que possuía um lactário, uma cozinha de demonstração e de fornecimento de alimentos infantis, além de comportar um serviço assistencial, que realizava visitas domiciliares a crianças, além da confecção de enxovais. Dessa forma, o primeiro centro de puericultura do Brasil, instalado na Escola Normal, propiciava o ensino prático de puericultura para que as futuras educadoras ensinassem essas habilidades às suas futuras alunas. O estabelecimento passou a ser denominado Instituto de Educação sob a orientação de Lourenço Filho, e o curso normal passou a se chamar Escola de Professores.

O Instituto de Educação foi criado por Fernando de Azevedo, por meio do decreto 5.846, de 21 de fevereiro de 1933, assim composto: jardim da infância, escolas primária e secundária, escola de professores, centro de psicologia aplicada à educação, e centro de puericultura. Nessa ocasião, o ensino normal foi elevado a nível superior, e a escola que durante mais de oitenta anos formara professores primários começou a se diferenciar. Além da separação entre escola propedêutica e profissional, havia cursos para professores primários, professores secundários, para a formação de administradores escolares e o curso de aperfeiçoamento. Esse Instituto Pedagógico fora criado em 1931 por Lourenço Filho, para que os normalistas pudessem refazer o curso profissional sob orientação



atualizada. O Instituto de Educação e o Instituto Pedagógico foram “idealizados como centro de investigação aplicada e de formação de profissionais do ensino dotados de consciência técnica” (MONARCHA: 1999, 328). Segundo o mesmo autor: “Assim, a Escola Normal da Praça, agora Instituto de Educação “Caetano de Campos”, engendra um outro patamar de racionalidade para enfrentar outras urgências sócio políticas produzidas pela época presente, agora passada” (1999: 336).



Com a criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, o Recém-criado Instituto de Educação foi incorporado por ela. Em 1938, o governo suprimiu o Instituto de Educação, encaminhando seus professores para a seção de Educação da Faculdade de Filosofia daquela universidade. Desvinculada da Universidade de São Paulo, a Escola Normal perdeu seu status de curso superior, voltando ao seu nível anterior. Seus outros cursos permaneceram, servindo de suporte à futura Escola “Caetano de Campos”.



A pedido dos professores complementaristas da turma de 1904, em mensagem enviada ao poder público, o Jardim da Infância, o Curso Primário, o Curso Ginásial e a Escola Normal receberam o nome de Escola “Caetano de Campos”, de acordo com o decreto nº 10.776, de 12 de dezembro de 1939.



Em 1946, foi comemorado o centenário da criação do Instituto de Educação “Caetano de Campos” sob a direção da professora Carolina Ribeiro, diplomada pela Escola Normal de Itapetininga em 1907.



Foi patrono dessas comemorações o Dr. José Carlos de Macedo Soares, interventor federal no Estado.



A Escola Normal de São Paulo tornou-se uma referência em educação no Estado e no Brasil. Professores formados nessa escola destacaram-se na área de educação, e alguns deles produziram





materiais escolares ou textos pedagógicos para orientação aos professores; outros, como João Lourenço Rodrigues e Oscar Thompson, ocuparam cargos político administrativos.



Porém, essa instituição secular, que tanto contribuiu para a educação pública no Estado, e que foi motivo de orgulho para seus alunos e professores, teve sua trajetória mudada na década de 1970, durante o regime ditatorial a que esteve submetido nosso país, desde 1964.



Saída para o recreio (década de 1970) Foto usada no movimento de resistência à demolição. Acervo da E E “Caetano de Campos”.



3 – A década de 1970 : mudança de rumo .



A LDB 5.692/71, que institucionalizou o ensino profissionalizante no segundo grau, provocou alterações no ensino normal, interferindo nos rumos tanto da “Caetano de Campos” como das demais escolas normais. Essa lei estabeleceu o 2º grau com habilitação específica para o magistério, em quatro anos, para o exercício no ensino de 1ª a 4ª séries. Dessa forma, o Curso Normal foi desativado e transformado em “Habilitação para o Magistério”, mudando, conseqüentemente, a tipologia das escolas. Ao contrário do que ocorreu com o prédio do Jardim da Infância, derrubado em 1939, edifício da “Caetano de Campos” só não foi demolido, no final da década de 1970, graças à mobilização de parte da população.



A indignação do então presidente da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, na gestão do prefeito Olavo Setúbal, o engenheiro Ernest Robert de Carvalho Mange, foi explicitada no depoimento





prestado em 2002 ao Núcleo de Referência em Memória da Educação, do Centro de Referência em Educação Mário Covas/CRE. Diante da proposta de derrubada do prédio da Escola Normal, apresentada pelo presidente da Companhia do Metrô, Plínio Assman, em reunião para a implantação da linha Leste Oeste do metrô em São Paulo, Mange relembra sua reação:





“Eu não vou aceitar isso. Eu acho um absurdo que, para se construir, uma estação do Metrô se derrube a cidade! Meu Deus do Céu!

O Metrô foi criado exatamente para circular debaixo da cidade e para não derrubá-la.

Para não fazer essa política horrenda que nós fazemos nessa cidade até hoje, de derrubar a cidade para abrir avenidas, é um absurdo urbanístico!

É um contra-senso, eu não tenho como qualificar isso, é uma selvageria, a sociedade está destruindo o seu passado. (...) Eu não vou admitir isso. (...)

Peço licença para me retirar porque não posso participar desse ato de vandalismo, desse assassinato da cultura!”

Com essa atitude, esse ex-aluno da “Caetano de Campos”, nascido em São Paulo em 1922, que iniciou sua trajetória escolar no Jardim da Infância daquela instituição, participou de um movimento vitorioso pela preservação do majestoso edifício.

O prefeito Olavo Setúbal, antigo aluno dessa escola, que, segundo Modesto Carvalhosa (1994), também tinha dúvidas sobre a necessidade de se destruir o edifício, reuniu seu secretariado, que aprovou a implosão do prédio, com a única exceção de Ernest Carvalho Mange. Temendo, entretanto, a reação da opinião pública, a direção do Metrô declarou inicialmente que apenas uma pequena parte do



histórico edifício seria afetada. Mas, logo depois, julgando mais conformados os espíritos, soltou uma nota informando que estudos feitos no local não recomendavam a conservação do prédio, pois a construção da estação comprometeria definitivamente a sua estrutura.



A notícia veiculada pelo Secretário de Estado da Educação, José Bonifácio Coutinho Nogueira, em 5 de outubro de 1975, mobilizou alunos matriculados em 1945, levando à formação, em 8 de outubro de 1975, da Associação dos Antigos Alunos da Caetano de Campos, que congregou matriculados desde 1920, com o objetivo de lutar pela preservação do patrimônio arquitetônico e da escola ali instalada desde 1894.



Diante da mobilização da sociedade civil, o assessor jurídico da Assembléia Legislativa, Sérgio Borges, trouxe o subsídio que garantiu a salvação daquele valioso patrimônio cultural: o Estado não podia entregar o terreno da Caetano de Campos ao Metrô sem que a Assembléia Legislativa aprovasse a venda ou permuta, através da lei própria. Na época, a maioria de deputados estaduais era do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), opositor da ditadura militar que desde 1964 vigorava no país. Diante disso, o Secretário da Educação, que, segundo o Dr. Modesto Carvalhosa (1994) era um dos entusiastas da demolição, tentou encontrar terrenos da Prefeitura que pudessem ser 'permutados' pelo da Escola da Praça.



Em 1975, a associação dos antigos alunos entrou com uma ação popular no foro de São Paulo, solicitando a suspensão da liminar de demolição por ausência da citada autorização legislativa. Em sessão à qual compareceram representantes da sociedade civil, centenas de personalidades e caetanistas, foi aprovado, por unanimidade, o projeto de lei nº 5.091, de iniciativa dos deputados Wadih Helou e Osiro Silveira, com o apoio de Sólon Borges dos Reis, líder do governo estadual. Esse projeto





de lei dispunha sobre o tombamento do edifício do Instituto de Educação Caetano de Campos, como monumento histórico do Estado de São Paulo.



Mas, segundo Modesto Carvalhosa, essa vitória esmaeceu com o passar dos meses, pois o então Secretário da Educação, “em clara retaliação à derrota que se tornara pessoal, providenciou a remoção do Instituto de Educação do edifício da Praça da República. E para ainda mais desfigurar a tradição da Escola como o símbolo da instrução pública leiga no Brasil, cindiu, deslocando os seus alunos e professores e o seu precioso acervo histórico para dois edifícios, nivelando-a às demais da Rede Estadual de Ensino.



Esse ato funerário do antigo e glorioso Instituto de Educação Caetano de Campos foi solenemente celebrado no início de 1978, dois anos após a vitória esmagadora pela preservação, que se queria não apenas do edifício histórico, mas da própria Escola, alma mater do ensino público do Brasil republicano” (1994,160161).



Dessa forma, a tradicional “Caetano de Campos”, na época EEPSG Caetano de Campos, foi desdobrada em duas, com a mesma denominação, ocupando dois prédios em diferentes endereços, conforme a resolução nº 12, de 30 de janeiro de 1978, publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, em 31 de janeiro.



Muitos foram os alunos que tiveram a oportunidade de estudar na respeitada escola “Caetano de Campos”, os chamados caetanistas.





Entre eles, destacamos algumas personalidades que a freqüentaram antes da mudança de endereço e do desmembramento em duas escolas: **Dagmar Ferreira; Eduardo de Oliveira; Eliana Cáceres; Ernest Robert de Carvalho Mange; Francisco Matarazzo; Guiomar Novaes; Maria R. Matarazzo, Cincinato C. Braga, Mário de Andrade; Cecília Meireles; Maria da Glória Capote Valente; Euzébio Queiroz Mattoso Filho; Francisco Peixoto Gomide; Oscar Americano; Clibas de Almeida Prado; Maria Eugênia de Abreu Sodré; Carmen Montoro; Genoveva Toledo Piza; Helena do Valle Amaral Gurgel; André Franco Montoro; Ruth Monteiro Lobato; Palmyra Carvalho Pinto; Fausto Eiras Garcia; Marina Mesquita; Ricardo Capote Valente; Nelson Amaral Gurgel; Paulo Eiró Gonçalves; Julio Cerqueira César Netto; Luciano Gomes Cardim; Paulo Sergio Milliet da Costa e Silva; Renato Consorte; Lúcia Ulhoa Cintra; Maria Helena Gomes Cardim; Maria Isaura Pereira de Queiroz; Maria de Lourdes Abreu Sodré; Modesto Carvalhosa; Odete de Barros Mott; Rosa Maria Tavares Andrade; Sérgio Buarque de Holanda; Theodoro Sampaio Filho.**



Após ser desocupado, em 1978, o edifício da Praça da República sofreu obras de restauração e revitalização, promovidas pela Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo (CONESP), e supervisionadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (CONDEPHAAT).

Para adaptá-lo à sua nova condição, foram feitas algumas alterações internas, construídas garagens subterrâneas, com jardins sobre suas lajes de cobertura, procurando conservar a integridade espacial dos pátios. O projeto ficou a cargo da equipe técnica do arquiteto Benedito Lima de Toledo.





Reinaugurado em 19 de fevereiro de 1979, o edifício, atualmente denominado Casa Caetano de Campos, passou a abrigar a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, atualmente Secretaria de Estado da Educação/SEE.



Tombado como bem cultural do Estado e do Município de São Paulo pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Artístico Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT), e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), esse edifício “reflete os vários conflitos da vida urbana, é palco de várias manifestações sociais e está circundado por vias de tráfego intenso, onde predomina a velocidade e a poluição do meio ambiente” (DIÊGOLI e MAGALDI: 1994, p.36).



Seu precioso acervo, que sofreu a ação do tempo e da falta de cuidados adequados para sua preservação, encontrase, desde o ano 2000, sob a guarda do Centro de Referência em Educação Mário Covas, órgão da Secretaria de Estado da Educação de São



Paulo. Esse acervo foi a principal fonte para a montagem da exposição “A escola pública e o saber: trajetória de uma relação”, inaugurada em 12 de março de 2002, que destaca vários aspectos da história da educação pública em nosso estado, por meio de móveis, objetos, livros e muitas imagens. A exposição pode ser vista no Centro de Referência em Educação Mário Covas/CRE, situado na Av. Rio Branco, nº 1260, no bairro de Campos Elíseos, ou através do site do CRE, disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/memorial.php>.



Ainda em 2002, sob a coordenação do Núcleo de Referência em Memória da Educação, o acervo da EE Caetano de Campos foi colocado à disposição do público para consulta e continua em processo de organização, tratamento e informatização. Ele se constitui, ainda, em projeto piloto para a





informatização de acervos históricos das escolas estaduais paulistas, cujo software do Banco de Dados encontrase em fase de implantação e testes.



Depois de informatizado, o acervo poderá ser acessado através da Internet.

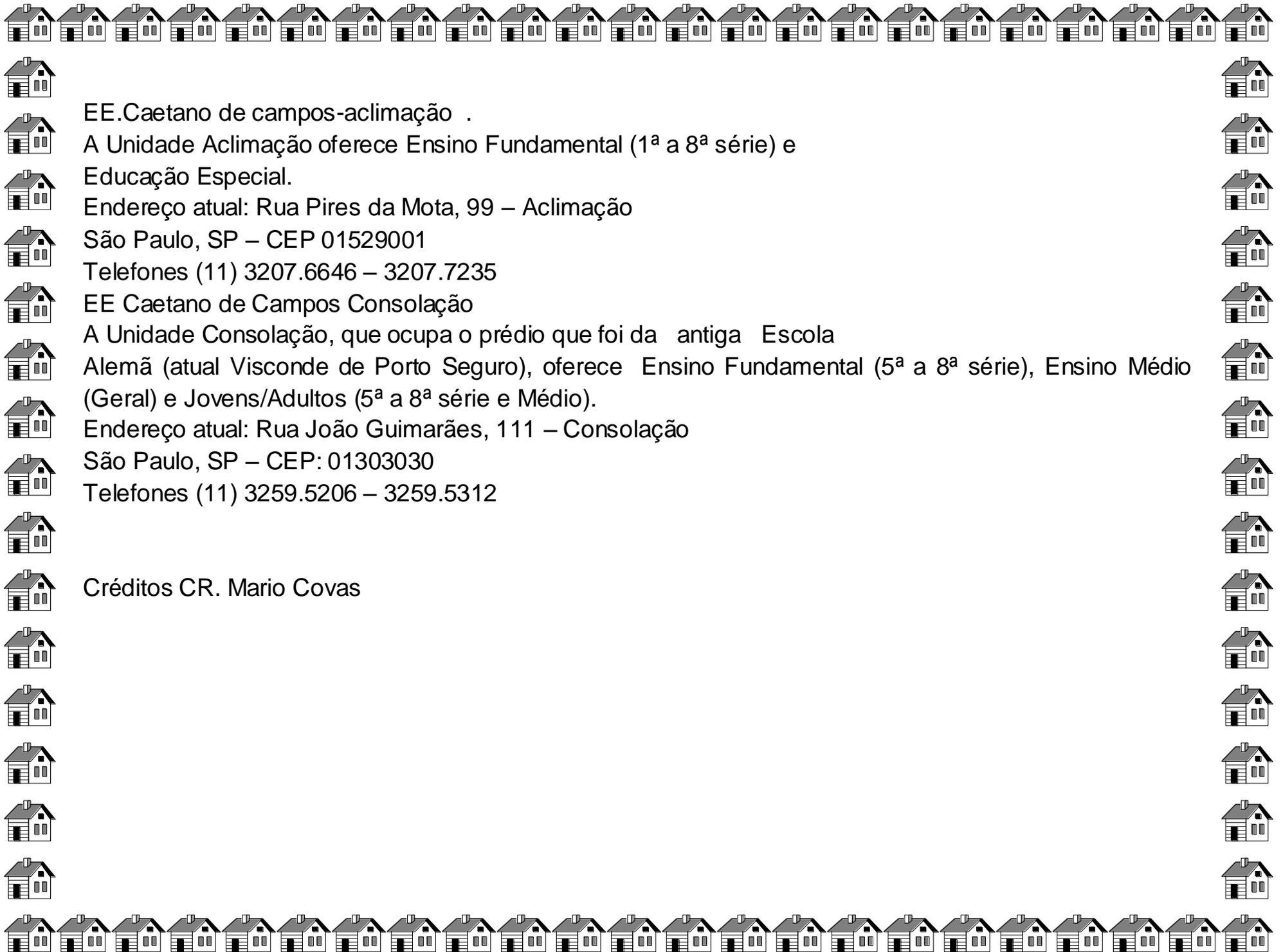


Tendo em vista a importância histórica da Escola Caetano de Campos, o acesso ao seu acervo seguramente possibilita a ampliação de estudos sobre a memória da educação paulista e contribui para a preservação do patrimônio histórico escolar de nosso estado e de nosso país.



Atualmente, a Escola Estadual Caetano de Campos funciona em dois endereços.





EE.Caetano de campos-aclimação .  
A Unidade Aclimação oferece Ensino Fundamental (1ª a 8ª série) e  
Educação Especial.



Endereço atual: Rua Pires da Mota, 99 – Aclimação



São Paulo, SP – CEP 01529001



Telefones (11) 3207.6646 – 3207.7235



EE Caetano de Campos Consolação



A Unidade Consolação, que ocupa o prédio que foi da antiga Escola



Alemã (atual Visconde de Porto Seguro), oferece Ensino Fundamental (5ª a 8ª série), Ensino Médio  
(Geral) e Jovens/Adultos (5ª a 8ª série e Médio).



Endereço atual: Rua João Guimarães, 111 – Consolação



São Paulo, SP – CEP: 01303030



Telefones (11) 3259.5206 – 3259.5312



Créditos CR. Mario Covas





## 1 – Atos Legais: Lei 9.394/96



### A – DA ESCOLA ( LEI / DECRETO OU RESOLUÇÃO / DOE )



Decreto nº 47.186 DOE de 26/11/1989



### B - CRUSOS



| CURSO          | ATO LEGAL | DOE/DATA   |
|----------------|-----------|------------|
| CICLO II DO EF | 9.394/96  | 24/12/2008 |
| ENSINO MÉDIO   | 9.394/96  | 24/12/2008 |
| EJA EM         | 9.394/96  | 24/12/2008 |



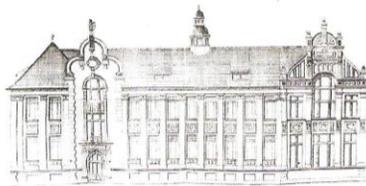


# CROQUI DA ESCOLA

## APONTAR TODOS OS ESPAÇOS FÍSICOS DA U.E.

### 2. DADOS HISTÓRICOS

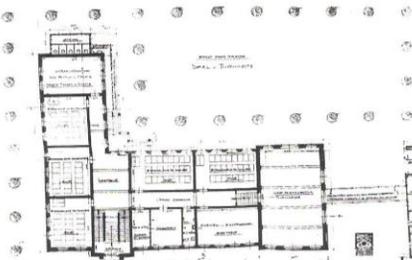
2.1 – DÉCADA DE 1910.  
Projetado pelo arquiteto alemão Augusto Fried, em 1910, o edifício sede da antiga Escola Alemã, Deutsche Schule, foi construído com fundos reunidos por membros da colônia alemã em São Paulo e inaugurado em 1913. No Arquivo Histórico Municipal de São Paulo foram encontrados os desenhos de Fried, autorizando, em 1911, a construção do edifício, situado à Rua Olinda nº50 (hoje Rua João Guimarães Rosa). As plantas, corte e elevação (imagens 1, 2, 3 e 4) apresentam o Bloco A - que deveria abrigar salas de aula, laboratório, sala de desenho, salão de festas, sala de ginástica, biblioteca, diretoria e quarto dos professores - e dois anexos que comportariam sanitários femininos e masculinos.



\*Imagem 01 - Elevação da Rua Olinda - 1911



\*Imagem 02 - Corte A e Corte B - 1911



\*Imagem 03 - Planta térreo -



\*Imagem 04 - Planta 1º pavimento - 1911

Outros desenhos de 1911 (imagens 5 e 6) foram encontrados no Acervo da Memória do Colégio Visconde de Porto Seguro. Eles assemelham-se, em grande parte, aos desenhos encontrados no Arquivo Histórico Municipal, no entanto, apresentam detalhes do muro de arrimo e ajustes na implantação do edifício. O anexo - situado na porção leste do terreno - aparece numa posição distinta daquela observada na planta da prefeitura, porém muito semelhante à posição hoje ocupada pela zeladoria (Bloco C).

FACHADA





# ENTRADA





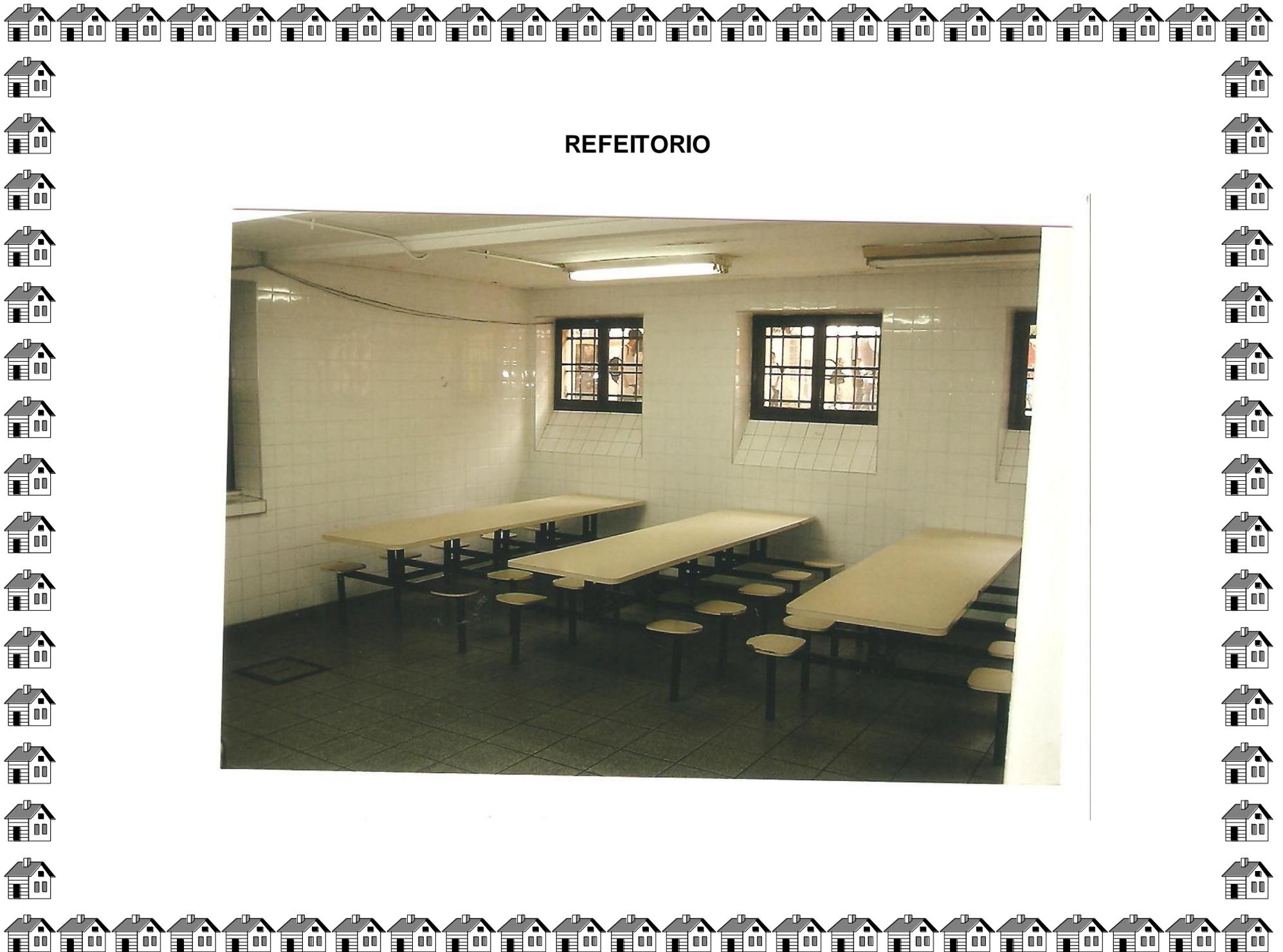
# CORREDOR





# AUDITORIO





# REFEITORIO





## SALA DE LEITURA



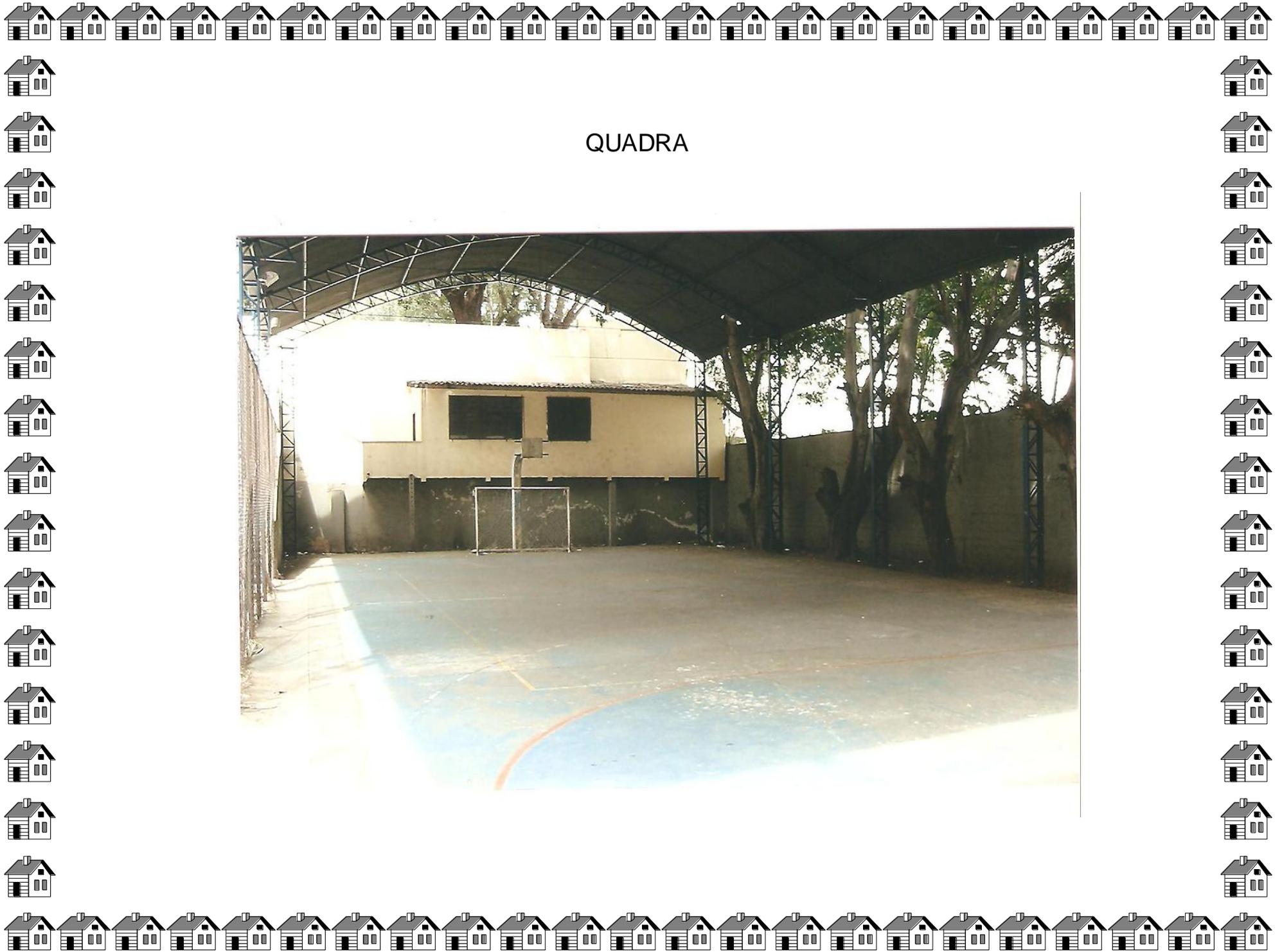


# SALA DE AULA



**ACESSO A ESCOLA DE INFORMATICA**





# QUADRA





# PÁTIO





# BANHEIRO





# COZINHA





# JARDIM





# REFEITORIO





ACESSIBILIDADE:



RAMPA: SIM ( )



NÃO (x)



ELEVADOR: SIM ( )



NÃO (X)



REFEITORIO: SIM (X)



NÃO ( )

